

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 12 e 15 de junho, a Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense sediou o XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Centenas de professores, pesquisadores e estudantes debruçaram-se em torno do tema “Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída”. Não haveria tema mais apropriado para o congresso, realizado sob os efeitos de uma interminável crise econômica, cujo sintoma mais grave é o número de trabalhadores/as desocupados/as: quase 13 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Seguindo a tradição, inaugurada no número 47 da Revista da SEP, publicamos a seguir o conteúdo da Carta de Niterói, aprovada em 14 de junho de 2018:

Decorrido um ano da redação da Carta de Campinas, encontramos-nos ainda em um cenário convulsivo que insiste em sufocar e desarticular, diariamente, a narrativa oficial da recuperação econômica e da pacificação dos conflitos que transbordaram à superfície com toda a intensidade nos últimos anos.

A insolvência de vários estados brasileiros ganha sua expressão mais visível no Rio de Janeiro. A deterioração aguda e acelerada da segurança pública acua, fere e mata indiscriminadamente. O brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e a morte de Anderson Gomes, muito mais do que meros efeitos colaterais dessa deterioração, revelam ainda o caráter direcionado e premeditadamente simbólico da violência. Ao mesmo tempo, o clima generalizado de medo cria solo fértil para o apoio a soluções repressivas e, especialmente nas comunidades e nos bairros pobres, violentas e autoritárias. Neste quadro, inclusive, a intervenção federal, com forte viés militar, serve como balão de ensaio para o resto do país, segundo declaração sintomaticamente despudorada do interventor general Braga Netto.

No plano político, a escalada fascista e a prisão de Lula, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais, desnudam a fragilidade da nossa democracia. No plano econômico, a insistente agenda de reformas conservadoras, como a previdenciária e a privatização da Eletrobrás, aponta para a necessidade de colocar a luta da classe trabalhadora em outro patamar, para o devido enfrentamento e resistência. A Petrobrás, finalmente submetida com sucesso aos interesses que pautam a agenda do governo ilegítimo de Michel Temer, acrescenta pólvora a essa mistura com sua política de preços prostrada à ideologia do livre mercado, expondo o país às oscilações de um dos mercados mais evidentemente marcados por determinantes geopolíticos.

Disparada em boa medida pelos impactos dessa política sobre a atividade de transporte rodoviário de cargas, a recente greve dos caminhoneiros demonstrou, com toda evidência, dois aspectos cruciais de nossa realidade. Primeiro, a força latente e potencialmente irrefreável do povo em ação coordenada e organizada. Segundo, o quanto a sociedade produtora de mercadorias caminha sistematicamente no fio da navalha, sempre a três ou quatro dias de distância do completo caos social. Passada, por ora, a breve tempestade, deve estar claro para todos o quanto as condições mais essenciais de nosso cotidiano repousam sobre pressupostos que escapam completamente de qualquer controle consciente.

A solução ao impasse oferecida pelo governo federal seria cômica, caso se limitasse estritamente ao terreno da ficção. Ela envolve, entre outras coisas, um mecanismo que pode, eventualmente, subsidiar a importação do diesel para preservar a neutralidade das medidas do ponto de vista concorrencial. Há muito, já sabíamos que o ímpeto das práticas de

austeridade é completamente apaziguado quando esbarra nas necessidades do mercado e que seu rigor e energia costumam ser direcionados ao desmonte da já frágil rede de proteção social e à suspensão de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora. Agora descobrimos que nem mesmo o discurso da austeridade sobrevive quando o peso do Estado precisa se voltar à promoção da concorrência.

Curiosamente, a(s) tragédia(s) de um mundo neoliberal encontra(m) resistência até mesmo no campo conservador, especificamente capitaneada pelo governo de Donald Trump e suas medidas protecionistas, que ameaçam disparar uma guerra comercial com a China e a União Europeia. Cabe aos economistas críticos contribuir para que o conjunto da sociedade brasileira reflita se o caminho para contornar a crise estrutural da economia global é, de fato, uma mera reabilitação das políticas tradicionais do capitalismo dirigido do pós-guerra.

Não é difícil conceber que a eliminação/superação das distorções que nos assolam exija uma transição possivelmente atravessada por convulsões sociais e econômicas potencialmente severas. Os nós que nos amarram a uma condição subordinada, desigual e injusta não podem ser afrouxados, devem ser rompidos. Se o beco é sem saída, como anuncia o título deste XXIII ENEP, torna-se imprescindível pôr o beco abaixo.

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)
Niterói, 14 de junho de 2018

Esta edição é aberta com o artigo “Estrutura econômica, gastos sociais, distribuição de renda e rentabilidade no Brasil entre 2000 e 2015: uma análise de suas relações e determinações sobre o crescimento econômico”, de autoria de Ricardo

Dathein. O autor traz em seu artigo novos elementos para a compreensão da dinâmica econômica recente, recorrendo a aspectos estruturais da economia brasileira.

Em seguida, no artigo “Revisão Pós-Crise do Novo Consenso Macroeconômico: Mais do mesmo?”, Luiz Fernando de Paula, Paulo José Saraiva e André de Melo Modenesi oferecem uma crítica às propostas de flexibilização da política econômica do Novo Consenso.

O pensamento econômico brasileiro é tema do artigo de Ulisses Rubio Urbano da Silva, “Nelson Werneck Sodré: vida militar, democracia e política econômica (1954-1964)”. O autor revisitou artigos escritos entre os anos de 1954 e 1964, em que Sodré debate o modelo econômico do presidente Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento associado, e o regime de exceção introduzido em 1964.

No quarto artigo desta edição, intitulado “Cuba: relações de trabalho, subdesenvolvimento e resistência”, Marcelo Soares de Carvalho discute as recentes reformas econômicas realizadas em Cuba, particularmente as que tangem às relações de trabalho e ao estrangulamento externo.

No artigo seguinte, “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*”, Paulo Henrique Furtado de Araujo examina criticamente o livro de

Lênin, apontando limitações que foram incorporadas ao marxismo dominante do século XX.

A seção de artigos é finalizada com “Economia Política versus Economia Positiva: proposta de um antimanual de introdução à economia”, artigo em que Luiz Filgueiras defende a necessidade de construção de um discurso alternativo ao que prevalece nos manuais e no ensino de Economia.

Na seção de resenhas, *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*, de Jorge Caldeira, é resenhado por Maria Aparecida Azevedo Abreu.

Nesta edição, o Comitê Editorial comunica o reajuste do preço do exemplar avulso. Depois de muitos anos com o preço congelado, passará a custar R\$ 35,00.

Este número 50 da *Revista da SEP* é aberto com uma homenagem a Paul Singer, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política, e morto em abril de 2018. A homenagem foi escrita por Ramon García Fernandez.

Conselho Editorial